

MOÇAMBIQUE TERÁ MAIS DE 100 MILHÕES DE HABITANTES NO 1º CENTENÁRIO DA SUA INDEPENDÊNCIA?

ANTÓNIO FRANCISCO

INTRODUÇÃO

A celebração do 1º centenário da independência de Moçambique, em 2075, poderá contar com uma população acima de 100 milhões de habitantes (Figura 1). Esta é a previsão de cinco das nove variantes da última Revisão da Projecção mundial, publicada em Junho 2017, pela Organização das Nações Unidas (ONU) (UN 2017). Será isto uma boa ou má notícia? Depende.

Depende da percepção sobre a relação entre população e economia, cultura e outras instituições da sociedade. Os que acreditam que o facto de Moçambique ser pouco povoado é um dos motivos que justificam incentivar-se o crescimento rápido da população, a expectativa de se passar a barreira dos 100 milhões de habitantes, dentro de seis décadas, é encorajadora. Em contrapartida, os que acreditam que a melhoria do padrão de vida de toda a sociedade, e não apenas de uma pequena minoria, depende mais da qualidade do que da quantidade dos filhos gerados, o rápido crescimento demográfico antevê enormes problemas e desafios.

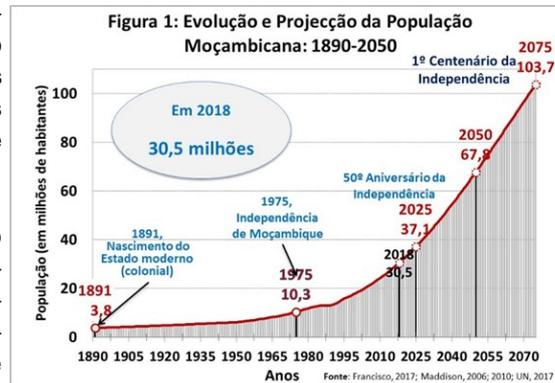
Mas antes de avançar para tal tipo de debate, o qual facilmente resvala para o confronto de crenças e convicções filosóficas e ideológicas, é importante conhecer e reflectir sobre o leque de possibilidades deriváveis das principais hipóteses de conjugação dos componentes de mudança da população - fecundidade, mortalidade e migração líquida (imigração menos emigração). Este será o foco do presente texto, deixando-se para uma próxima oportunidade, o debate sobre se a manutenção de altas taxas de crescimento populacional, é ou não uma boa notícia.

1. Taxa de crescimento sem precedentes

Se os resultados preliminares do Censo 2017 forem confirmados pelos dados definitivos que o Instituto Nacional de Estatística (INE) (2017) prometeu divulgar no passado dia 30 de Junho, então, a taxa anual média de crescimento de 3,5%, na última década, é uma taxa sem precedentes. Desde o nascimento de Moçambique, como país e estado moderno, com a configuração territorial reconhecida, nacional e internacionalmente, a população moçambicana tem aumentando progressiva-

mente, em termos absolutos e relativos. Mas nunca antes esta taxa atingiu 3,5% ao ano. Isto é ilustrado pelos dois gráficos apresentados neste texto, os quais fornecem uma ideia sintética e complementar da evolução absoluta (Figura 1) e relativa (Figura 2) da população moçambicana.

Parte da Figura 1 mostra a evolução da população, entre 1891 e o presente, enquanto a outra parte projecta o seu crescimento até 2075, com base na variante média da Projecção 2017 da ONU. O ano 1891 é uma referência histórica crucial, ao passar a permitir aferir o número de habitantes nascidos ou vivendo no território, desde o Tratado Anglo-Português de 11 de Junho de 1891 (Newitt 1997). Até então, à semelhança dos países circundantes, Moçambique não passava de um esboço de país em gestação, sujeito a inúmeras disputas.



Posteriormente, mais precisamente 84 anos após a fixação fronteiriça do território, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) desencadeou uma luta armada pela libertação do território moçambicano da administração colonial portuguesa. Ao proclamar a independência em 1975, a FRELIMO não só homologou as fronteiras fixadas pelo Tratado de 1891, como declarou o Português a língua oficial do novo Estado Soberano. Ambas decisões revelaram-se cruciais, em termos políticos, administrativos e culturais, bem como para a configuração da composição, estrutura e tamanho da população moçambicana.

Desde 1950 Moçambique passou a dispor de censos populacionais regulares, realizados de dez em dez anos. A outra fonte fundamental de dados demográficos, os registos vitais (nascimentos, óbitos, casamentos, divórcios, filiação, entre outros) foi instituída em

Agosto 1930, através do Diploma Legislativo nº 254 que aprovou o código de registo civil. Segundo António Rita-Ferreira, antropólogo e historiador que investigou e publicou extensivamente sobre a sociedade moçambicana, durante os cinquenta anos que viveu em Moçambique, as práticas de registos estatísticos a nível local, desde a década 1930, terão jogado importante papel na redução da mortalidade: "Poucos sabem que os resultados desses recenseamentos administrativos eram obrigatoriamente remetidos à Direcção dos Serviços de Administração Civil em L. Marques", escreveu Rita-Ferreira, em e-mail ao autor deste texto, ao comentar o IDeIAS Nº 45 (Francisco 2012), dois anos antes de falecer. "Desse modo existia uma base sólida para se apurar a veracidade dos censos estatísticos efectuados de 10 em 10 anos", adiantou ainda Rita-Ferreira.

Infelizmente, depois da independência a prática de registos administrativos de dados vitais foi abandonada. O decreto-lei 21/76 revogou o Diploma de 1930, como se o sistema de registo de então, não pudesse ser liberto dos aspectos discriminatórios e tornado inclusivo. Optou-se, como diz o ditado anglo-saxónico, *deitar o bebé fora com a água do banho*. Somente neste século XXI, surgiu a nova Lei do Registo Civil n.º 12/2004, mas sua implementação tem sido lenta. Enquanto assim for, privam-se inúmeros potenciais utilizadores de tão importante fonte de dados demográficos; nega-se à maioria dos cidadãos o direito fundamental de "serem contados"; multiplicam-se censos (populacionais e eleitorais), que por sua vez, carecem de uma base independente de apuramento do seu grau de cobertura e veracidade.

Não obstante eventuais limitações dos dados disponíveis, através de técnicas indirectas e dados secundários, hoje, sabemos que nos 84 anos entre o nascimento de Moçambique e a sua independência, a população aumentou 2,5 vezes; nos 43 anos seguintes, aumentou 3,5 vezes. Assim, em termos absolutos, nos últimos 127 anos a população multiplicou-se cerca de oito vezes, com uma particularidade evidenciada na Figura 2.

Exceptuando a quebra temporária entre 1980 e 1997, a taxa de crescimento populacional tem evidenciado tendência de aceleração progressiva. Mas à luz do que

enuncia a transição demográfica, em algum momento o ponto de inflexão será atingido e a actual tendência da taxa será invertida, em direcção a um novo equilíbrio populacional.

Ainda é cedo para aferir se a taxa de 3,5% representa o ponto de viragem para uma nova fase da transição demográfica moçambicana. Se não for, na próxima década ainda assistiremos à aproximação dos 4%, colocando Moçambique entre os poucos países que actualmente possuem tão elevada taxa: Oman (4,1%), Níger (3,8%), Guiné Equatorial (3,6%) (UN 2017).

2. Ultrapassar 100 milhões em 2075 é inevitável?

O futuro tamanho da população moçambicana vai depender do tipo de combinação que prevalecer, entre os já referidos três componentes de mudança da população. Por isso, qualquer debate sobre os prós e contras do rápido crescimento demográfico, deveria começar por tomar em consideração o leque de variantes possíveis, como as que são oferecidas pela Projectção 2017 da ONU.

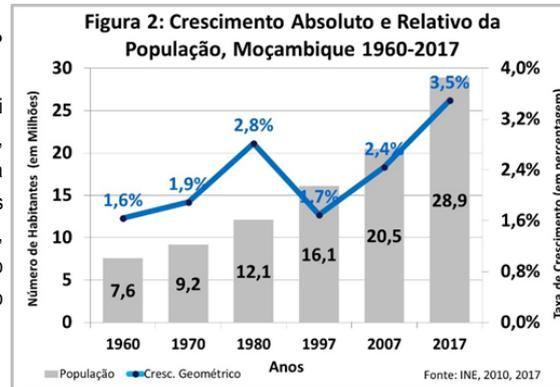
A Tabela 1 sumariza os efectivos populacionais, derivados das nove variantes da ONU, destacando quatro anos específicos. A estas variantes da ONU adicionou-se a única variante do INE (2010), cobrindo o período 2007-2040. Para efeitos de comparação com as variantes da ONU, em relação ao período 2040-2075, na variante do INE, assumiu-se uma taxa de crescimento igual à média das taxas na década 2030-40.

A Tabela 1 ordena as dez variantes em dois grupos: abaixo e acima de 100 milhões de habitantes em 2075. Não se optou por uma referência mais próxima, por exemplo o 50º aniversário da independência, porque só faltam oito anos até 2025. As chances de se influenciar o tamanho da população são mínimas. Já em relação a 2075, faltando 57 anos, haverá tempo suficiente para influenciar o futuro tamanho da população, para mais ou para menos, dependendo da opção que vingar.

De acordo com a metodologia das projecções, a maioria das variantes gira em torno dos efeitos de diferentes hipóteses de fecundidade nos outros parâmetros demográficos. A preparação da hipótese de fecundidade média constituiu o primeiro passo (UN 2017). A partir dela, observamos que três variantes preveem efectivos populacionais acima dos 100 milhões de habitantes, em 2075: "Fecundidade média" (104 milhões); "Fecundidade alta" (125 milhões) e "Fecundidade constante" (207 milhões). Duas outras variantes também apontam tamanho da população acima de 100 milhões: "Migração zero" (104 milhões) e "Sem mudança" (161 milhões).

Assim, quem acredita que Moçambique deve promover o crescimento populacional, em prol de um rápido povoamento territorial, encontrará nas cinco variantes,

na segunda parte da Tabela 1, bons motivos para optimismo. E não é só por causa da possibilidade de manutenção da elevada fecundidade, herdada de um regime demográfico antigo que está a tornar-se crescentemente insustentável. As outras variantes, "Migração zero" e "Sem mudança", encontram não menos adeptos, nos que se opõem a uma política de imigração em prol da aceleração do desenvolvimento económico e social. Uma política de imigração explícita e pró-activa facilmente desperta fantasmas xenófobos, disfarçados de receios de recolonização ou ingerências da "mão externa".



Entretanto, convém referir que os defensores do crescimento rápido da população enfrentam uma importante contrariedade. Sua abordagem não é politicamente correcta; pelo menos aos olhos dos parceiros internacionais de quem o Governo procura mobilizar poupanças externas que substituam, mais do que complementem, a poupança interna. Tal contrariedade tem sido contornada, com maior ou menor mestria, recorrendo ao fair-play, fingimento e dissimulação.

Tabela 1: Previsão da População, Segundos Nove Variantes de Projectção da ONU e Uma do INE, Moçambique, 2018-2075

Proj. em 2075		2018	2025	2050	2075
< 100 milhões de habitantes	Momentum	29	31	40	43
	Reposição instantânea	29	31	42	50
	Mortalidade constante	30	36	60	80
	Fecundidade baixa	30	36	62	85
	INE_proj2007-2040+ext	28	33	57	98
	>100 milhões de habitantes	Fecundidade média	31	37	68
Migração zero		31	37	68	104
Fecundidade elevada		31	38	74	125
Sem mudança		31	38	78	161
Fecundidade constante		31	38	88	207

Fonte: INE, 2010; UN, 2017

3. "O futuro só a Deus pertence"?

Os que acreditam que o rápido crescimento populacional adicionará mais custos do que benefícios, também dispõem de cinco variantes, na primeira parte da Tabela 1, que apontam várias possibilidades para se evitar ultrapassar a barreira dos 100 milhões de habitantes, em 2075. Mas para isso, precisarão de rejeitar a ideia que demografia é destino; ou que o número de filhos deve ser deixado ao critério das divindades; ou que vale a pena preservar a cultura tradicional pró-natalista e garantir que o futuro permaneça refém do passado.

Entre as variantes que projectam níveis da população inferiores a 100 milhões, em 2075, duas delas preveem

efectivos muito aquém de tal barreira ("Momentum" e "Reposição instantânea"). Se lograrem a contenção e transformação assumida, garantirão que a população cresça apenas até aos 43 e 50 milhões, respectivamente. Duas outras variantes, "Mortalidade constante" e "Fecundidade baixa", apontam tamanhos na ordem de 80 e 85 milhões, respectivamente. Por último, a projecção do INE, cujos pressupostos pouco diferem da variante média da ONU, também pouco adianta de novo, em termos do agregado nacional. A utilidade da projecção do INE reside mais na desagregação, entre urbano e rural, ou níveis provinciais e distritais. Não

obstante as elevadas dúvidas e incertezas sobre a qualidade e realismo dos dados locais disponibilizados pelo INE, na falta de registos vitais, resta contentarmo-nos com as projecções que são divulgadas.

4. Conclusão

Considerando o que se conhece hoje da dinâmica populacional, a nível nacional e internacional, não será imprudente admitir que, mais tarde ou mais cedo, a taxa de crescimento demográfico próxima dos 3% ao ano, acabará por reverter o sentido da sua actual tendência. Mas antes disso, ou quando tal acontecer, não significa que o efectivo populacional também reduzirá. Pelo contrário. O efeito de inércia ou "momentum demográfico" continuará a fazer-se sentir, ao longo de todo o século XXI.

Presentemente, adicionam-se à população cerca de 850 mil crianças por ano, fruto da diferença entre 1,1 milhões de nascimentos e quase 300 mil de óbitos. Mas em 2050, o número de nascimentos deverá atingir dois milhões, por ano. Por isso, não é impossível ou improvável que em 2075, a celebração do 1º Centenário da Independência de Moçambique conte com mais de 100 milhões de moçambicanos. Se tal não acontecer, será por razões diversas, incluindo provavelmente que também em Moçambique, à semelhança do resto do mundo, as divindades deixaram de ser pró-natalistas; ou pelo menos tão pró-natalistas como são hoje os defensores do rápido crescimento populacional.

5. Referências

- Francisco A (2012) "Moçambique e a Explosão Demográfica": Somos Muitos? Somos Poucos? *IDeIAS Boletim* Nº 45.
- INE (2017) *Divulgação dos Resultados Preliminares do IV Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2017*. Instituto Nacional de Estatística (INE), Maputo.
- INE (2010) *Projectções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 - 2040)*. Instituto Nacional de Estatística (INE), Maputo.
- Newitt M (1997) *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, Mira-Sintra.
- UN (2017) *World Population Prospects, the 2017 Revision*. In: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.